



Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

CNPJ/MF 21.957.968/0001-80

Inscrição Estadual 20.447.444-2

Subsidiária Integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Rodovia RN 120 Fazenda Juremal I

São Bento do Norte - RN

CEP 59590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	10
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	18
5 Clientes	18
6 Títulos e valores mobiliários	18
7 Partes relacionadas	19
8 Imobilizado	19
9 Fornecedores	20
10 Provisões para litígios e passivos contingentes	20
11 Patrimônio Líquido	21
12 Receita Operacional Líquida	21
13 Custos e Despesas operacionais	21
14 Resultado Financeiro	22
15 Imposto de renda e contribuição social	23
16 Instrumentos Financeiros	23
17 Seguros	26
18 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AO ACIONISTA

A administração da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (Companhia ou Eol Potiguar), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Eol Potiguar tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 6º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 31.10.2014.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Potiguar	27,3	11,5	19,54	183,26	29.12.2018	10.05.2050

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2018

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2018

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2018	2017	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	150.251	117.353	28,0
Caixa e equivalentes de caixa	1.135	7	16.114,3
Títulos e valores mobiliários	88	83	6,0
Receita operacional bruta	2.958	-	-
Deduções da receita	(108)	-	-
Receita operacional líquida	2.850	-	-
Custos e despesas operacionais	1.766	(10.865)	(116,3)
Resultado das atividades	4.616	(10.865)	(142,5)
Ebitda ou Lajida	4.616	(10.865)	(142,5)
Resultado financeiro	(7.567)	(8.042)	(5,9)
IRPJ/CSLL	(109)	-	-
Prejuízo operacional	(2.951)	(18.907)	(84,4)
Prejuízo do exercício	(3.060)	(18.907)	(83,8)
Patrimônio líquido	140.781	41.605	238,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,5	-	-
Liquidez geral (índice)	0,6	-	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	162,0	-	-
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(103,5)	-	-
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(107,4)	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	1,3	-	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	(7,4)	(47,6)	(84,5)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 18 de abril de 2019

Ilmar da Silva Moreira

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente SAMIR SALEH HISHMEH

Membros MARCIO LUIS BLOOT

OTTO ARMIN DOETZER

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA

Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA

RICARDO VIDINICH

Membros Suplentes HEITOR DANTAS FILHO

DIRETORIA

Diretor Presidente Técnico ILMAR DA SILVA MOREIRA

Diretor de Gestão ANDRE LUIZ BALESTERO

Diretor de Finanças AUGUSTO CESAR T.S. FILHO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanças Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.135	7
Clientes	5	2.959	-
Imposto de renda e contribuição social		6	-
		4.100	7
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	88	83
Outros tributos a recuperar		1	-
Partes relacionadas	7	1.088	-
		1.177	83
Imobilizado	8	144.974	117.263
		146.151	117.346
TOTAL DO ATIVO		150.251	117.353

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	4.305	74.933
Fornecedores	9	3.059	224
Imposto de renda e contribuição social		87	-
Outras obrigações fiscais		94	260
Outras contas a pagar		-	331
		7.545	75.748
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.921	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4	-
		1.925	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	11.1	83.700	62.869
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	102.236	20.831
Prejuízo acumulado		(45.155)	(42.095)
		140.781	41.605
TOTAL DO PASSIVO		150.251	117.353

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	2.850	-
(Custos Operacionais) / Recuperação de custos	13	6.586	(9.815)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		9.436	(9.815)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(460)	(1.050)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(4.360)	-
		(4.820)	(1.050)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.616	(10.865)
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		93	2
Despesas financeiras		(7.660)	(8.044)
		(7.567)	(8.042)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(2.951)	(18.907)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(105)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4)	-
		(109)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(3.060)	(18.907)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	31.12.2018	31.12.2017
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.060)	(18.907)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.060)	(18.907)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		708	62.161	(23.188)	39.681
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.831	-	20.831
Aumento de capital		62.161	(62.161)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(18.907)	(18.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		62.869	20.831	(42.095)	41.605
Aumento de capital	11	20.831	(20.831)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	102.236	-	102.236
Prejuízo do exercício		-	-	(3.060)	(3.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		83.700	102.236	(45.155)	140.781

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(3.060)	(18.907)
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		7.246	-
Imposto de renda e contribuição social	15	105	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	4	-
Provisão (reversão) para impairment	8	(7.839)	9.158
		(3.544)	(9.749)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(2.959)	-
Imposto de renda e contribuição social		(6)	-
Outros tributos a recuperar		(1)	-
Partes relacionadas		(1.088)	-
		(4.054)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(852)	2.526
Fornecedores		4.526	(6)
Outras obrigações fiscais		(1.274)	165
Outras contas a pagar		(331)	331
		2.069	3.016
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(5.529)	(6.733)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18)	-
Encargos de mútuos com partes relacionadas pagos		(9.402)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(14.949)	(6.733)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(5)	(83)
Aquisições de imobilizado		(19.642)	(85.509)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(19.647)	(85.592)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de contratos de mútuo		23.147	71.500
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	102.236	20.831
Amortizações de principal de mútuos com partes relacionadas		(89.659)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		35.724	92.331
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.128	6
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		7	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.135	7
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.128	6

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (Companhia) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Potiguar, por meio da Portaria MME nº 179/2015. A entrada em operação comercial foi em 29.12.2018 e a data de vencimento da autorização é 10.05.2050.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18.04.2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 10 - Provisões;
- NE nº 3.5 e 12 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 e 15 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

Em 31.12.2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 3.445 (R\$ 75.741 em 31.12.2017) decorrentes da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por adiantamento para futuro aumento de capital, mútuo, bem como a conclusão do processo de captação de recurso junto a instituições financeiras em 2019, conforme previsto no plano de negócio, ou por eventual integralização de capital social através do saldo do mútuo.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela “não performance” com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos

3.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos, que não se enquadram nas características acima, são classificados como operacionais.

3.8 Novas normas adotadas a partir deste exercício

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram revisados e não tiveram nenhum efeito relevante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência, em 1º.01.2018:

- (i) ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (ii) CPC 28/IAS 40 - Propriedades para investimento; e
- (iii) Revisão anual do CPC nº 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

Além disso, a Companhia adotou as seguintes normas a partir de 1º.01.2018:

3.8.1 CPC 48/IFRS 9

Na adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia aproveitou a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O impacto na Companhia foi a mudança de classificação da rubrica de Títulos e valores mobiliários, que era classificada como ativo financeiro na categoria de disponível para venda, pelo CPC 38/IAS 39, e passou a ser classificada como valor justo por meio do resultado a partir da adoção do CPC 48/IFRS 9.

Além disso, a norma exige que a Administração da Companhia realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Desde a adoção da nova norma a Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Tendo em vista que a Companhia não tinha saldo a receber de clientes, não houve impacto no balanço patrimonial em 1º.01.2018.

Com relação aos passivos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 definiu que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em incompatibilidade na demonstração do resultado. Tendo em vista que a Companhia não designou passivos financeiros como Valor justo por meio do resultado, não houve impacto na classificação de passivos financeiros.

3.8.2 CPC 47/IFRS 15

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação, conforme previsto no Apêndice C do CPC 47, em seus itens C3 (b) e C7.

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não houve impacto no balanço patrimonial em 1º.01.2018

3.9 **Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

- (i) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e
- (ii) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos.

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

3.9.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente; e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Por esses apresentarem remuneração variável ao arrendador, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 orienta que a despesa deve ser reconhecida quando incorrida. A aplicação desse pronunciamento não causará impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.9.2 ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	49	7
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.086	-
	1.135	7

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 98,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

O valor de R\$ 2.959 corresponde ao saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 31.12.2018, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Títulos e valores mobiliários

O saldo em 31.12.2018 de R\$ 88 (R\$ 83 em 31.12.2017) corresponde a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, remuneradas a 98,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O prazo desses títulos é de 43 meses a partir do final do período do relatório.

Os recursos são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão.

7 Partes relacionadas

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo não circulante		
Controlador		
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	1.088	-
Passivo circulante		
Controlador		
Copel Geração e Transmissão S.A - Mútuo (7.1)	3.690	-
Copel Geração e Transmissão S.A - Compartilhamento	39	90
Companhia Paranaense de Energia - Mútuo (7.2)	-	73.466
Companhia Paranaense de Energia - Compartilhamento	19	65
Entidade sob controle comum		
Copel Distribuição S.A. - Compartilhamento	72	218
Copel Renováveis S.A. - Compartilhamento	485	1.094
	4.305	74.933

O saldo do ativo é decorrente de operações referente a adiantamentos e/ou pagamentos, os quais serão ressarcidos em 2019. No passivo, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas em suas controladoras e entidades sob controle comum.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

7.1 Contratos de mútuo com a Copel Geração e Transmissão

O saldo a pagar em 31.12.2018 refere-se aos contratos de mútuo firmados entre a Companhia e a Copel Geração e Transmissão (mutuante), com limite aprovado de R\$ 3.650 acrescido de IOF e juros remuneratórios de 114,5% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios. A quitação está condicionada a liberação dos recursos provenientes da captação com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES.

7.2 Contrato de mútuo com a Companhia Paranaense de Energia - Copel

O saldo a pagar em 31.12.2017 refere-se aos contratos de mútuo firmados entre a Companhia e a Companhia Paranaense de Energia - Copel (mutuante), liquidado em 30.11.2018.

8 Imobilizado

A Companhia registra o ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para geração de energia elétrica.

	Saldo em 1º.01.2017	Aquisições/ Impairment	Saldo em 31.12.2017	Aquisições/ Impairment	Saldo em 31.12.2018
Custo	63.377	85.254	148.631	19.872	168.503
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(22.210)	(9.158)	(31.368)	7.839	(23.529)
	41.167	76.096	117.263	27.711	144.974

A Companhia efetuou a revisão do valor recuperável do imobilizado e como resultado dessas análises, o saldo de *impairment* sofreu movimentações.

Em dezembro de 2018, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e taxa de desconto depois dos impostos em moeda constante de 7,13% que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação do empreendimento.

A reversão observada se justifica pelo aumento na expectativa de geração alterada para 100% da garantia física do P-50 (em 2017, 95% do P-50) e pelas variações da projeção de longo prazo do Preço de liquidação das diferenças - PLD e do preço de venda no ACL.

A companhia possui compromissos assumidos no valor de R\$ 1.843 com fornecedores de equipamentos e serviços para construção da usina.

9 Fornecedores

	31.12.2018	31.12.2017
Materiais e serviços	623	144
Energia elétrica	4.274	-
Encargos de uso da rede elétrica	83	80
	4.980	224
	Circulante	3.059
	Não circulante	1.921
		224
		-

10 Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2018 a Companhia não possui provisões para litígios.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas, por não ser provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2018 a Companhia não possui passivos contingentes.

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31.12.2018, no valor de R\$ 83.700 (R\$ 62.869 em 31.12.2017) é composto por 83.700.148 (62.868.720 em 31.12.2017) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A, subsidiária da Copel Geração e Transmissão S.A.

11.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de R\$ 102.236 de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em 31.12.2018 (R\$ 20.831 em 31.12.2017), pertencente à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A, subsidiária da Copel Geração e Transmissão S.A., foi integralizado em 22.03.2019.

12 Receita Operacional Líquida

	31.12.2018	31.12.2017
Contratos de energia de reserva - CER	25	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.933	-
(-) PIS/Pasep e Cofins	(108)	-
	2.850	-

A receita com a CCEE reconhecida no exercício refere-se ao período de operação em teste.

13 Custos e Despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas (a)	31.12.2018
Energia elétrica comprada para revenda	(7)	-	-	(7)
Encargos de uso da rede elétrica	(989)	-	-	(989)
Pessoal e administradores	-	(359)	-	(359)
Planos previdenciário e assistencial	-	(25)	-	(25)
Serviços de terceiros	(164)	(47)	-	(211)
Reversão de <i>impairment</i> (NE nº 8)	7.839	-	-	7.839
Arrendamentos e aluguéis	(83)	-	-	(83)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(10)	(29)	(4.360)	(4.399)
	6.586	(460)	(4.360)	1.766

(a) Neste saldo estão contidos R\$ 4.360 referentes a provisão para não performance de geração.

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2017
Encargos de uso da rede elétrica	(406)	-	-	(406)
Pessoal e administradores	(174)	(498)	-	(672)
Planos previdenciário e assistencial	(21)	(58)	-	(79)
Material	-	(4)	-	(4)
Serviços de terceiros	(35)	(81)	-	(116)
Reversão de <i>impairment</i> (NE nº 8)	(9.158)	-	-	(9.158)
Arrendamentos e aluguéis	(5)	(26)	-	(31)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(16)	(383)	-	(399)
	(9.815)	(1.050)	-	(10.865)

13.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2018
Arrendamento de terrenos	366	1.488	8.982	10.836

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis, em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

14 Resultado Financeiro

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	89	2
Outras receitas financeiras	4	-
	93	2
(-) Despesas financeiras		
Juros e IOF sobre contratos de mútuo	7.246	2.202
Variação monetária e encargos da dívida	-	90
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	3	-
Outras despesas financeiras	411	5.752
	7.660	8.044
Líquido	(7.567)	(8.042)

15 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Operacional	2.958	2.958	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	237	355	-	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	73	73	-	-
Ganho de Capital	-	-	-	-
(=) Base de cálculo	310	428	-	-
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	66	39	-	-
Receita Financeira Provisionada	12	12	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	1	-	-

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.135	1.135	7	7
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	88	88	83	83
			1.223	1.223	90	90
Custo amortizado						
Clientes (a)	5	1	2.959	2.959	-	-
			2.959	2.959	-	-
Total dos ativos financeiros			4.182	4.182	90	90
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9	1	4.980	4.980	224	224
Mútuos (c)	7	2	3.690	3.654	73.466	73.466
Total dos passivos financeiros			8.670	8.634	73.690	73.690

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 1,94% a.a. acima da TJLP, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

16.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.135	7
Títulos e valores mobiliários (a)	88	83
Clientes (b)	2.959	-
	4.182	90

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Os principais contratos de venda de energia são garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2018							
Fornecedores	-	463	355	2.242	1.920	-	4.980
Mútuos	NE nº 7	-	-	3.762	-	-	3.762
		463	355	6.004	1.920	-	8.742

(a) Taxas de juros efetiva - média ponderada

16.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2019		
		31.12.2018	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	88	6	4	3
		88	6	4	3
Passivos financeiros					
Mútuos	Alta CDI	(3.690)	(240)	(300)	(360)
		(3.690)	(240)	(300)	(360)

16.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. O empreendimento está sujeito a fatores climático associadas às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

16.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2018	31.12.2017
Mútuos	3.690	73.466
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.135	7
Dívida líquida	2.555	73.459
Patrimônio líquido	140.781	41.605
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,02	1,77

17 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2020	96.870
Seguro Riscos Operacionais	29.03.2020	137.481
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	29.03.2020	10.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	11.09.2019	5.604

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

18 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

18.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 20.831, proveniente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores.

Por sua vez, de acordo com as informações constantes na NE nº 8, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 19.872. Deste valor, R\$ 583 correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de abril de 2019

/s/
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da **Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.**, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 22 de abril de 2019

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro